



RJPAR 017/018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes e Liquidante Extrajudicial
Instituto AERUS de Seguridade Social – Em Liquidação Extrajudicial
Rio de Janeiro – RJ

1 Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto AERUS de Seguridade Social – Em Liquidação Extrajudicial**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, representado pelo patrimônio de todos os Planos de Benefícios, em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, das demonstrações individuais dos planos de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos advindos do assunto descrito no parágrafo **“Base para opinião com ressalva”**, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Instituto AERUS de Seguridade Social – Em Liquidação Extrajudicial**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2 Base para opinião com ressalva

Todos os Planos de Benefícios estão em liquidação extrajudicial, as realizações dos seus ativos líquidos, com liquidez não seriam suficientes para a liquidação dos passivos atuariais, do total de R\$10.791.231mil apenas R\$267.638mil seriam liquidados, observa-se um alto grau de insolvência dos Planos, confirmando uma inadimplência significativa no quadro de credores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Somos independentes em relação à Entidade, conforme os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

continua....

Ativos Líquidos de Liquidez x Passivo Atuarial

Planos de Benefícios	Em milhares de Reais		
	Ativos Líquidos de Liquidez	Passivo Atuarial	Insuficiência
1.VARIG I	20.109	6.190.482	- 6.170.373
2.VARIG II	191.798	3.581.074	- 3.389.276
3.TRANSBRASIL I	6.629	415.647	- 409.018
4.TRANSBRASIL II	11.994	265.115	- 253.121
5.RIO SUL I	6.297	53.064	- 46.767
6.RIO SUL II	4.296	24.352	- 20.056
7..SATA I	3.005	20.571	- 17.566
8.SATA II	4.384	51.172	- 46.788
9.NORDESTE I	1.749	8.159	- 6.410
10.AEROMOT I	122	1.391	- 1.269
11.AEROMOT II	558	2.961	- 2.403
12.AMADEUS II	5.516	7.631	- 2.115
13.FRB II	6.319	67.903	- 61.584
14.VARIG LOG II	4.478	92.782	- 88.304
15.PPCHT	-	3.463	- 3.463
16.TROPICAL II	194	3.158	- 2.964
17.INTERBRASIL II	190	2.312	- 2.122
Total	267.638	10.791.237	- 10.523.599

3 Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais dos planos do exercício de 2015, ora acompanhadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e o nosso relatório sobre as mesmas, datado de 20 de maio de 2016, conteve as modificações, ora mencionadas neste relatório.

4 Responsabilidade do Liquidante Extrajudicial

O Liquidante Extrajudicial é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, também, é o responsável pela avaliação da perenidade dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos e pela base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Continua...

O Liquidante Extrajudicial é o responsável pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações e notas explicativas.

5 Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Liquidante Extrajudicial, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

continua..

- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Liquidante Extrajudicial a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem eventuais deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2017.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador - CRCRJ - 046.114/O